

00087.000913/2020-75



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES

Decisão nº 9/2021/COLIT/COLIC/DILOG/SA

Brasília, 15 de abril de 2021.

1. Trata-se de recurso impetrado pelas empresas RK8 MOBILIDADE E LOCADORA DE VEICULOS LTDA, BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA e TECWAY SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA, contra o ato da Pregoeira que inabilitou as citadas licitantes, para o item 3, do Pregão Eletrônico, nº 007/2021-SA.
2. As razões de recurso foram interpostas tempestivamente e encontram-se disponíveis no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

DOS FATOS

3. Às 09:30 horas do dia 19 de março de 2021, foi aberta sessão da licitação instaurada pela Secretaria Especial de Administração da Presidência da República, com vistas à escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para locação de veículos, com e sem motorista, para toda Região Centro-Oeste e para os estados do Acre, Amazonas, Pará e Roraima da Região Norte.
4. Em cumprimento aos procedimentos licitatórios, após a inabilitação da empresa SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA, primeira classificada, a empresa BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, segunda classificada na ordem de classificação, foi convocada para o envio da proposta de preços ajustada ao último lance, por meio do anexo do sistema comprasnet, conforme estabelecido no edital.
5. Às 14h47, do dia 29 de março de 2021, após análise da proposta e documentos de habilitação, conforme parecer da área técnica demandante, a empresa BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA foi inabilitada do certame, visto que não comprovou por meio de atestado de capacidade técnica, a categoria de veículo Camionete 4x4, conforme critérios de maior relevância e valor significativo descritos no item 9.11.1.1.1 do Edital.
6. Ato contínuo, às 16h25, do dia 29 de março de 2021, a empresa RK8 MOBILIDADE E LOCADORA DE VEICULOS LTDA foi convocada para o envio da proposta de preços ajustada ao último lance, por meio do anexo do sistema comprasnet, conforme estabelecido no edital.
7. Às 14h45 do dia 30 de março de 2021, após análise da proposta e documentos de habilitação, conforme parecer da área técnica demandante, a empresa RK8 MOBILIDADE E LOCADORA DE VEICULOS LTDA foi inabilitada, tendo em vista o não atendimento ao item 9.11.1.1.1 do Edital e 18.4.3.1.1.1 do Termo de Referência.
8. Assim, às 15h15 do dia 30 de março de 2021, foi convocada a empresa TECWAY SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA para o envio da proposta de preços ajustada ao último lance, por meio do anexo do sistema comprasnet, conforme estabelecido no edital.
9. Na ocasião, a área técnica solicitou por e-mail (2478036), a realização de uma diligência nos contratos/editais firmados com o Governo do Estado do Amazonas, datados de 28/02/2018 e 14/02/2019. Diante disso, com fundamento no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, o qual faculta a

promoção de diligência, a empresa em questão foi requisitada, via *chat* do sistema Comprasnet, para que apresentasse a documentação solicitada, nos seguintes termos:

"Sr. Representante, solicito diligência a fim de que sejam apresentados documentos complementares, relativos aos atestados de capacidade técnica já apresentados, com a apresentação dos contratos e documentos complementares".

10. No entanto, considerando as informações constantes nos documentos apresentados pela empresa TECWAY SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA, no cumprimento da diligência, fez-se necessária a realização de nova diligência, para que fosse apresentado o Projeto Básico referente ao contrato referente ao atestado de capacidade técnica emitido pelo Governo do Estado do Amazonas, de 14 de fevereiro de 2019.

11. Às 09h37 do dia 05 de abril de 2021, com base no parecer técnico (2482306), a empresa TECWAY SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA, foi inabilitada do certame, visto que o atestado de 14/02/2019, referente ao Contrato nº 03/2018 com vigência de 20/06/2018 a 20/06/2019 foi emitido com menos de um ano de sua execução.

12. Por fim, às 15h07 do dia 05 de abril de 2021, analisadas a proposta e a documentação de habilitação pela área técnica demandante, a empresa RIBAL LOCADORA DE VEÍCULOS teve sua proposta aceita e foi habilitada, com base no parecer técnico (2483263).

13. Em momento oportuno, foi registrado pelas empresas RK8 MOBILIDADE E LOCADORA DE VEICULOS LTDA, BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA e TECWAY SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA a intenção de recorrer.

14. Verificados os pressupostos recursais, quais sejam, sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, foi acatada a intenção de recurso e, de imediato, aberto o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões de recurso, na forma do inciso XVIII, art. 4 da Lei 10.520/2002.

DO RECURSO

15. Em sua peça recursal, a Recorrente RK8 MOBILIDADE E LOCADORA DE VEICULOS LTDA consigna, em síntese, que (2489454):

(...) Ilustríssimo Julgador, com o desiderato de demonstrar a capacidade técnica para cumprir o contrato objeto do Pregão em tela, a Recorrente ofereceu três documentos, a saber: 01 (um) atestado de capacidade técnica elaborado pela Vice-Presidência da República (Doc. 01) e 02 (dois) elaborados pela Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil (Doc. 02), duas instituições cuja idoneidade é insofismável.

Demais disso, posteriormente em sede de diligência a Recorrente apresentou um quarto atestado (Doc. 03), desta vez expedido pela empresa G4S Interativa Service Ltda., que, como se vê, reforça a capacidade da Recorrente em atender às exigências do pretense contrato.

Registre-se que um dos documentos, expedido pela Embaixada Americana, atesta a locação de 289 (duzentos e oitenta e nove) veículos, entre "veículos de luxo, ônibus, furgões e blindados", o que atesta uma capacidade infinitamente superior àquela exigida pelos itens – em tese – desatendidos, a rememorar: 1 (um) automóvel popular e 2 (duas) caminhonetes 4 x4. Recorre-se à máxima: "quem pode mais, pode menos".

No caso em apreço, a tese ora declinada contempla o interesse público em suas duas formas, na medida em que atesta a capacidade da empresa ora Recorrente em adimplir o pretense contrato, para o Estado, através de seus agentes constituídos, possam exercer plenamente suas atribuições (interesse público primário), fazendo-o em com menor dispêndio de recursos públicos (interesse público secundário). Pois, conforme ensina o eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso : "[...] O interesse público secundário é o da pessoa jurídica de direito público que seja parte em uma determinada relação jurídica – quer se trate da União, do Estado-membro, do Município ou das suas autarquias. Em ampla medida, pode ser identificado como o interesse do erário, que é o de maximizar a arrecadação e minimizar as despesas."grifou-se À luz desses elementos, passe-se a cotejar o aspecto atinente à vantajosidade da habilitação da empresa ora Recorrente. Para tanto, socorre-se do quadro-resumo abaixo: Item R8k Empresa Vencedora Diferença Item 1 R\$ 1.870.000,00 R\$ 1.900.000,00 -R\$ 30.000,00 Item 2 R\$ 880.000,00 R\$ 899.909,00 -R\$ 19.909,00 Item 3 R\$ 1.779.882,00 R\$ 2.500.000,90 -R\$ 720.118,90 Item 4 R\$ 900.000,00 R\$ 1.088.000,00 -R\$ 188.000,00 Item 5 R\$ 425.000,00 R\$ 419.957,00 R\$ 5.043,00 TOTAL

-R\$ 952.984,90 Globalmente, o prejuízo ao Erário, a persistir a decisão de inabilitação objeto deste recurso, será de R\$ 952.984,90 (novecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos) – ou seja: aproximadamente R\$ 1 milhão de reais! -, monta de forma alguma desprezível, especialmente em um ambiente de grave restrição de recursos como o que ora se atravessa.

3 – Da Conclusão Ao que exposto, verificada a expressiva vantajosidade das propostas apresentadas pela ora Recorrente, bem assim a robusta documentação comprobatória de sua capacidade técnica, para além, inclusive, do que exigido pelo edital, pugna-se pela revisão da decisão de inabilitação da empresa RK8, convalidando-se em habilitação e seja retomada a fase de lances da licitação com a sua regular participação.

16. Em sua peça recursal, a Recorrente BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA consigna, em síntese, que (2489841):

(...) Importante esclarecer que, a BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA tem todos os veículos, referentes as exigências do Item 9.11.1.1.1 do edital e 18.4.3.1.1.1 do Termo de Referência, conforme segue documentos em anexo.

Conforme demonstrado anteriormente, as outras empresas que participaram do certame tiveram a oportunidade de enviar os documentos pendentes e, foram desabilitadas em razão de não terem a documentação solicitada, no entanto, a BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA tem todos os veículos, referentes as exigências do Item 9.11.1.1.1 do edital e 18.4.3.1.1.1 do Termo de Referência, conforme segue documentos em anexo, mas não foi dado o benefício e não disponibilizaram a mesma oportunidade de enviar a documentação pendente. É cristalino que a desabilitação da BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA foi irregular, haja vista que não foi oportunizado a comprovação da documentação. (...)

Portanto, a decisão de desabilitação da BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA não merece prosperar, haja vista que a mesma tem todos os veículos e atestados de capacidade técnica (inclusive para o veículo camionete executiva 4x4 onde não houve o benefício para comprovação) referentes as exigências do Item 9.11.1.1.1 do edital e 18.4.3.1.1.1 do Termo de Referência, conforme seguem documentos abaixo e também estaremos enviando os anexos para cotrancontrato@presidencia.gov.br; pelo fato de não terem oportunizado a pastagem dos referidos documentos como foi oportunizado para as outras empresas licitantes e, pelo fato que a recorrente foi aliada da disputa injustamente, os atos administrativos devem ser devidamente motivados, sob pena de invalidar aquilo que foi praticado.

Em face do exposto e tendo na devida conta que os preços ofertados pela recorrente são efetivamente os menores preços, bem como, o fato da licitante BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA ter todos os veículos, referentes as exigências do Item 9.11.1.1.1 do edital e 18.4.3.1.1.1 do Termo de Referência, conforme documentos em anexo, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para: com fundamento do art. 49, da Lei nº 8666/93, declarar-se nula a desabilitação da BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, e acolhimento da documentação ora apresentada; determinar-se à Comissão de Licitação que profira tal habilitação, considerando a proposta da recorrente para alcançar o competente resultado classificatório, o qual, por certo, resultará na adjudicação do objeto licitado à subscrevente, já que detentora do menor preço.

Outrossim, amparada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior em consonância com o previsto no § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, comunicando-se aos demais licitantes para as devidas impugnações, se assim o desejarem, conforme previsto no § 3º, do mesmo artigo do Estatuto.

17. Em sua peça recursal, a Recorrente TECWAY SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA consigna, em síntese, que (2489999):

(...) Em que pese a imprescindibilidade do acesso ao inteiro teor desse documento pela Requerente que tem o direito constitucional a ampla defesa, não foi disponibilizado o despacho COTRAN/DILOG/SA (documento SEI nº 2482306) para que esta tivesse conhecimento dos fatos alegados e fundamentos utilizados no parecer técnico para eventual interposição de recurso, o que por si só, caracteriza nítido cerceamento de defesa. Concessa vênha, há que se reconhecer que essa

Requerente foi prejudicada, no julgamento de V.Sa. pois teve conduta indelével durante todo o procedimento, atendendo a todas as diligências requeridas, apresentando toda a documentação solicitada, entre elas, os vários atestados que comprovam a sua capacidade técnica para a prestação de serviço, termos de contrato, além do projeto básico de cada atestado e, mesmo assim não foi suficiente para sua habilitação, o que frustrou imensamente a Requerente, que ora pugna pela sua reconsideração.

b) DO RESPEITO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROIBIÇÃO DE EXCESSOS. NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA.

(...)

Atendendo a tal preceito de ordem legal, deve o pregoeiro analisar objetivamente – princípio do julgamento objetivo- se os documentos inseridos no sistema pelas licitantes estão em consonância com os termos do edital.

Se por um lado, não é admissível que se afaste qualquer licitante que apresentar a documentação em conformidade com as disposições contidas no instrumento convocatório, do outro lado, é igualmente inadmissível que sejam solicitados documentos que extrapolem o limite prescrito no Edital, bem como que estes sejam requeridos a uma ou outra licitante, sem justificativa para tanto, sob pena de violação do princípio da razoabilidade, competitividade e isonomia que são fundamentais.

(...)

c) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA REQUERENTE. ATESTADOS QUE DEMONSTRAM A PLENA QUALIFICAÇÃO.

A esse respeito, vejamos quais são os requisitos previstos no Edital para a comprovação da qualificação técnica:

(...)

No que tange a alegação de descumprimento ao item 9.11.1.1.3 supratranscrito, com todas as vênias, trata-se de conclusão desmedida e que não observou os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e do julgamento objetivo que devem fundamentar o certame. Conforme os documentos de habilitação técnica apresentados pela Requerente, constata-se que a mesma trouxe 5 (cinco) atestados de capacidade técnica diferentes para dar suporte a sua habilitação, bem como para comprovar a autoridade pregoeira que a empresa detém toda a expertise para realizar o objeto do certame a contento. Destarte, em que pese os cinco atestados apresentados, além de toda a documentação complementar que foi requisitada e apresentada pela Requerente no momento solicitado, qual seja, o Termo de contrato, projeto básico e o Edital deu suporte a contratação, a inabilitação da empresa foi baseada apenas e tão somente pelo fato de um dos atestados ter sido emitido com menos de um ano de sua execução.

Ou seja, a Pregoeira confirma o atendimento com relação a um dos atestados, o emitido em 01/02/2020, o que por si só já seria o suficiente para habilitar a Requerente, haja vista que o Edital não prescreve um limite mínimo de atestados que devem ser apresentados e aprovados, porém acaba inabilitando a empresa por conta de um, repisa-se, um único atestado que não preencheu os requisitos. Os cinco atestados apresentados pela Recorrida comprovam vasta experiência na locação de veículos, restando claro, portanto, que a Requerente cumpriu todas as exigências do Edital no que se refere aos Atestados de Capacidade Técnica apresentados, e em atendimento as diligências realizadas pela Ilustre Pregoeira. Acrescente-se ainda, que o terceiro atestado apresentado emitido em 10/09/2020, ultrapassa o período de 1 (um) ano de vigência contratual quando de sua emissão, assim como o primeiro atestado emitido em 28/02/2018, que por sua vez, atine ao contrato nº 08/2015 – SSP/AM, que inicialmente era de 120 (cento e vinte) veículos e posteriormente foi aditivado, passando a ser de 150 (cento e cinquenta) veículos, com a vigência tendo sido iniciada em maio/2015, ou seja, havendo o intervalo de quase três anos entre a emissão e o início da execução contratual. É notório que uma empresa especializada em serviços de locação de veículos que inclusive já foi contratada pela Administração Pública para tal fim, tendo cumprido com suas obrigações com excelência, possui capacidade para a locação de veículos de qualquer categoria e instalação de respectivos acessórios, afinal, a experiência necessária e exigida é em locação de automóveis e quem aluga carro do tipo viatura policial com blindagem e diversos acessórios tecnológicos necessários para vide monitoramento veicular, possui capacidade para alugar veículos de outras categorias e com periféricos de menor complexidade. No que condiz à categoria dos veículos não ser idêntica às exigidas no edital, é importante esclarecer ainda, que tal exigência possui peso descomunal e desarrazoado, vez que a própria lei menciona que é admitida a

comprovação de qualificação técnica por intermédio de comprovação de aptidão em serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. (...)

III – DO PEDIDO Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria seja recebido e acolhido integralmente o presente recurso administrativo para que: a) Seja REFORMADA a decisão guerreada com o fim de declarar HABILITADA a empresa TECWAY SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA, ora Recorrente, tendo em vista que resta comprovado o atendimento integral do 9.11.1.1.3 do Edital PE nº 07/2021 e demais atinentes a exigência da qualificação técnica. b) Lastreada nas razões recursais, requer-se que essa I. Pregoeira reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada de isso não ocorrer, faça este subir, dando a devida publicidade, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

DAS CONTRARRAZÕES DE RECURSO

18. A empresa Recorrida RIBAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA apresentou suas contrarrazões ao recurso impetrado pela empresa RK8 MOBILIDADE E LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, que ora trazemos, em breve síntese (2502900):

(...) Observando o direito de ampla defesa, esta Administração solicitou à Recorrente que apresentasse cópia do Contrato que deu suporte à contratação. Em resposta, à Recorrente apresentou três atestados referentes às categorias de veículos divergentes do exigido pelo edital e sem especificações das quantidades.

Portanto, consta-se que inexistiu comprovação por parte da Recorrente da sua qualificação técnica para o cumprimento do objeto contratual, conforme constatado de forma certa pela Ilustríssima Senhora Pregoeira:

1.1.1 Cumpre informar que a empresa RK8 MOBILIDADE E LOCADORA DE VEÍCULOS, não comprovou todos os veículos referentes a exigência do item 18.4.3.1.1.1 do Termo de Referência – Edital PE nº 7/2021, conforme pode ser observado abaixo:

Popular: Qtde Exigida 5 – Qtde Comprovada 4 Automóvel Executivo II ou Superior: Qtde Exigida 4 – Qtde Comprovada 6 Camionete Executiva 4x4: Qtde Exigida 2 – Qtde Comprovada 0 Executivo Blindado II ou Superior: Qtde Exigida 1 – Qtde Comprovada 1

Contudo, para sustentar a sua irresignação, a Recorrente sustenta que a sua inabilitação violou os princípios relativos à Administração Pública, uma vez que, em que pese não tenha cumprido com os requisitos do edital, possui condições técnicas para o desempenho do objeto contratual, pugnando pela relativização das disposições editalícias.

Ora, Ilustríssima Senhora Pregoeira se a própria Recorrente confessa em seu recurso que não cumpriu com os requisitos editalícios, não há fundamentos aptos a respaldar o prosseguimento do presente recurso.

Entretanto, caso haja o prosseguimento do presente recurso, deve-se atentar que a Administração está totalmente vinculada ao disposto no edital, não possuindo discricionariedade na apreciação das propostas, razão pela qual não é lícito a essa realizar a mitigação dos atestados de capacidade técnica exigidos pelo certame, os quais, inclusive, nos termos do artigo 30 da Lei nº 8666/93, possuem a finalidade de comprovar a aptidão do licitante para o desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Ad cautelam, ainda que o douto julgador entenda pela demonstração da capacidade técnica da Recorrente, há que se ressaltar que esta também não comprovou a sua capacidade jurídica, uma vez que DEIXOU DE APRESENTAR NOS AUTOS A CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, deixando de observar também o item 18.4.2.1 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão nº 7/2021.

Nesse mesmo sentido, verifica-se que a referida apresentou planilha de custos, no tocante à proposta do Item 1, com valores divergentes daqueles previstos no Apêndice IV do Termo de Referência, e que, ao contrário do deduzido em suas razões recursais, além desta Recorrida ter comprovado integralmente a sua habilitação, apresentou proposta mais vantajosa à Administração. Portanto, por qualquer ângulo que se observe, resta demonstrado que a Recorrente deixou de cumprir os requisitos de habilitação determinados pelo Edital 007/2021, devendo a decisão de inabilitação da Recorrente ser mantida em sua integralidade, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica, vinculação ao edital e impessoalidade.

Portanto, por qualquer ângulo que se observe, resta demonstrado que a Recorrente deixou de cumprir os requisitos de habilitação determinados pelo Edital 007/2021, devendo a decisão de inabilitação da Recorrente ser mantida em sua integralidade, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica, vinculação ao edital e impessoalidade.

IV. CONCLUSÃO E REQUERIMENTOS

Pelo exposto, a Recorrida pugna pela total improcedência do recurso, mantendo-se inalterado o recurso do pregoeiro, sob pena de ofensa ao 37, inciso XXI, da Constituição Federal e artigo 3º da Lei nº 8.666/93.

Fonte: Portal de Compras do Governo Federal

19. Em relação ao recurso impetrado pela empresa BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, houve por parte da empresa Recorrida RIBAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, o registro das seguintes contrarrazões (2502901), resumidamente:

(...) A Recorrente, na presente hipótese, na tentativa de comprovar a sua aptidão para a prestação dos serviços, apresentou um atestado de capacidade técnica, contudo, o referido apresentava-se abaixo das categorias dos veículos solicitados, uma vez que comprovava apenas a quantidade de 5 (cinco) carros populares, 2 (dois) blindados e 11 (onze) executivos.

Contudo, para fundamentar a sua irrisolução, a Recorrente sustenta que a sua inabilitação violou os princípios relativos à Administração Pública, uma vez que, em que pese não tenha cumprido com os requisitos do edital, possui condições técnicas para o desempenho do objeto contratual, pugnando pela relativização das disposições editalícias.

Deduzindo, ainda, que não lhe fora ofertado o direito de complementar a sua documentação, conforme oportunizado às Licitantes RK9 Mobilidade e Locadora de Veículos e Sal Aluguel de Carros Ltda.

Ab initio, cumpre ressaltar se a própria Recorrente confessa em seu recurso que não cumpriu com os requisitos editalícios, não há fundamentos aptos a respaldar o prosseguimento do presente recurso.

Entretanto, caso haja o prosseguimento do presente recurso, deve-se atentar que a Administração está totalmente vinculada ao disposto no edital, não possuindo discricionariedade na apreciação das propostas, razão pela qual não é lícito a essa realizar a mitigação dos atestados de capacidade técnica exigidos pelo certame, os quais, inclusive, nos termos do artigo 30 da Lei nº 8666/93, possuem a finalidade de comprovar a aptidão do licitante para o desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Desse modo, caberia a Recorrente no prazo de habilitação apresentar todos os documentos capazes de demonstrar a sua aptidão técnica para tanto, desse modo, não é possível que após o prazo de habilitação seja conferida àquela a possibilidade de apresentar novas documentações, em razão da preclusão do seu direito, razão pela qual esta Recorrida pugna pela desconsideração dos documentos colacionados pela Recorrente em conjunto com a peça recursal, nos termos do artigo 26 do Decreto 10.024/2019.

Outrossim, registra-se que as insurgências da Recorrente com relação ao edital, seja com relação ao prazo para apresentação da documentação ou até os requisitos, deveriam ter sido veiculadas em tempo hábil, por meio de impugnação, o que não se verificou, ocorrendo, portanto, a plena preclusão dos fundamentos recursais ora veiculados, nos termos do artigo 24 do Decreto 10.024/2019 e do item 20.1 do Edital do certame.

Ora, se a Recorrida possui plena capacidade para desempenhar o objeto do Edital 007/2021, deveria ter agido com o devido zelo e cuidado para apresentar toda a documentação exigida, não podendo se admitir que haja a anulação do presente certame e maiores prejuízos à administração por imperícia e negligência da Recorrida.

Ademais, verifica-se que essa não deve apenas ser declarada inabilitada por ausência de qualificação técnica para o desempenho do objeto contratual, uma vez que também propôs valores destoantes dos previstos no Apêndice IV do Termo de Referência, conforme consta no parecer técnico de análise de sua proposta, elaborado pela coordenação de licitação.

Portanto, por qualquer ângulo que se observe, resta demonstrado que a Recorrente deixou de cumprir os requisitos de habilitação determinados pelo Edital 007/2021, devendo a decisão de inabilitação da Recorrente ser mantida em sua integralidade, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica, vinculação ao edital e impessoalidade.

20. Por sua vez, a empresa Recorrida SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA apresentou suas contrarrazões ao recurso impetrado pela empresa BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA (2498903), em apertada síntese, vejamos:

Vale salientar que em edital está previamente exposto, no item 8.6 e 8.9.2 que o pregoeiro poderá, solicitar diligência dos documentos apresentados pelos licitantes, conforme colacionado a seguir: 8.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do anexo VII-A, da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. 8.9.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado. Como supramencionado, estando o pregoeiro em seu direito de solicitar diligência e não descumprindo a declarada habilitada nenhum aspecto que possa prejudicar a boa-fé dentro do processo licitatório, pois a essa cabe comprovar e apresentar os documentos necessários a comprovação de sua habilitação técnica, sendo assim o recurso interposto está apenas atrasando o transcorrer do processo licitatório. A declarada habilitada anexou/enviou por e-mail apenas o que lhe foi pedido em face de diligência, não anexando nenhum outro documento aquém dos que foram solicitados.

IV- DO PEDIDO Mediante os fatos expostos e a defesa desses, pede-se o indeferimento do recurso interposto pela recorrente, em razão de que este está apenas atrasando e tumultuando o processo licitatório, além disto pede-se que seja mantida a decisão do pregoeiro.

Fonte: [Portal de Compras do Governo Federal](#)

21. Quanto ao recurso impetrado pela empresa TECWAY SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA, houve por parte da empresa Recorrida RIBAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, o registro das seguintes contrarrazões (2502902), resumidamente:

(...) Porém, quando da apresentação das suas razões recursais, sustenta a indisponibilização pela Ilustríssima Pregoeira do documento SEI nº 2482306 e a ofensa ao princípio da isonomia, em razão de supostos excessos praticados no certame, não coincidindo, portanto, com os motivos inicialmente apresentados.

Como é notório, sempre que não coincidirem os motivos e as razões do recurso, este não deve ser conhecido. É cediço que a Recorrente deve apresentar todos os motivos de sua insurgência, no momento da manifestação da intenção de recorrer, não bastando transparecer a sua discordância. Assim, o mérito do recurso deve ser restrito à motivação disposta no sistema. Novas argumentações apresentadas nos memoriais recursais não devem ser conhecidas pelo Pregoeiro, nem tampouco pela Autoridade superior, à luz da melhor doutrina.

III.2 DA INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA

A Recorrente sustenta a existência de cerceamento de defesa, uma vez que desconhece os fatos e fundamentos que levaram a sua inabilitação.

Contudo, tal alegação é contrária ao próprio recurso interposto por esta, uma vez que transcreve expressamente no decorrer das suas razões os motivos que respaldaram a sua inabilitação, portanto, resta afastada a presente preliminar.

Na eventualidade, ainda, que se cogite pela ausência da publicação formal do relatório de inabilitação da Recorrente, há que se ressaltar que a publicação dos seus fatos e fundamentos no âmbito do chat do pregão supriu toda e qualquer nulidade existente, uma vez que fora cumprida a sua finalidade.

III.3 DA OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA

A Recorrente sustenta a violação ao princípio da isonomia, em virtude da exigência de documentação complementar pela Ilustríssima Pregoeira, posto que tal exigência não teria sido formulada também aos demais Licitantes.

Ab initio, cumpre ressaltar que é lícito ao pregoeiro solicitar qualquer documentação complementar necessária à elucidação dos documentos apresentados pelo Licitante, conforme redação do artigo 26, parágrafo nono, do Decreto nº 10.024/19.

Nesse mesmo sentido, o artigo 43, § 3º da Lei nº 8.666/93, que assim versa: É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Não obstante, verifica-se que, no decorrer do certame, houve solicitações similares aos demais Licitantes, de modo que resta afastada a suposta nulidade do procedimento, em razão do tratamento prejudicial a esta Recorrida.

IV.1 INABILITAÇÃO DA RECORRENTE

A Recorrente, na presente hipótese, na tentativa de comprovar a sua aptidão para a prestação dos serviços, apresentou cinco atestados de capacidade técnica, contudo, constata-se que quatro atestados não apresentavam as categorias exigidas pelo edital, de modo que o único atestado que elencava as categorias dos veículos solicitados era o do Governo do Estado do Amazonas.

Entretanto, o atestado era datado do dia 14/02/2019, referente ao Contrato de 03/2018 com vigência de 20/06/2019 a 20/06/2019, tendo sido emitido com menos de um ano de sua execução, descumprindo expressamente o disposto no item 9.11.1.1.3 do Edital do certame.

Contudo, para fundamentar a sua irressignação, a Recorrente sustenta que comprovou todos os requisitos exigidos pelo edital, uma vez que teria apresentado toda a documentação complementar exigida pela Ilustríssima Pregoeira.

Ora, Douto Julgador, mesmo que tenha ocorrido a apresentação da documentação complementar, a Recorrente não demonstrou o cumprimento dos requisitos exigidos pelo edital.

Assim, considerando que a Administração está totalmente vinculada ao disposto no edital, não possuindo discricionariedade na apreciação das propostas, tem-se impossível que haja o afastamento dos requisitos exigidos no edital para a validação dos atestados de capacidade técnica, os quais, inclusive, nos termos do artigo 30 da Lei nº 8666/93, possuem à finalidade de comprovar a aptidão do licitante para o desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Outrossim, registra-se que as insurgências da Recorrente com relação ao edital, deveriam ter sido veiculadas em tempo hábil, por meio de impugnação, o que não se verificou, ocorrendo, portanto, a plena preclusão dos fundamentos recursais ora veiculados, nos termos do artigo 24 do Decreto 10.024/2019 e do item 20.1 do Edital do certame.

Desse modo, em razão da convalidação do instrumento convocatório, todos os participantes e pregoeiro estão vinculados às exigências previstas no referido Instrumento, não sendo possível que a Recorrente solicite a inovação de critérios para a comprovação da sua habilitação, sob pena de ofensa ao parágrafo 4º do art. 21 da Lei de Licitações.

Portanto, resta demonstrado que a Recorrente deixou de cumprir os requisitos de habilitação determinados pelo Edital 007/2021, devendo a decisão de inabilitação da Recorrente ser mantida em sua integralidade, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica, vinculação ao edital e impessoalidade.

IV. CONCLUSÃO E REQUERIMENTOS

Pelo exposto, a Recorrida pugna pela total improcedência do recurso, mantendo-se inalterado o recurso do pregoeiro, sob pena de ofensa ao 37, inciso XXI, da Constituição Federal e artigo 3º da Lei nº 8.666/93.

DA ANÁLISE

22. Considerando que as razões de recurso apresentadas pelas recorrentes são eminentemente técnicas, as quais recaem sobre as questões técnicas das especificações da solução, em razão de previsão contida no Termo de Referência, os autos foram remetidos à Coordenação-Geral de Transporte, que emitiu parecer técnico (2503634), conforme transcrições abaixo:

(...)

A licitante **BRECHA TRANSPORTE E TURISMO LTDA** que interpôs recurso para os itens 3 e 5 apresentou um atestado de capacidade técnica e, com base nas informações contidas no atestado, não houve necessidade de diligenciá-la para que fossem disponibilizadas informações complementares. No entanto, nesse atestado, não houve **comprovação** de todas as categorias de veículos, conforme quadro demonstrativo, que traz as exigências do constantes no Item 18.4.3.1.1.1 do Termo de Referência – Edital PE nº 7/2021, tendo como consequência a **inabilitação da recorrente**.

Comprovação

Item 18.4.3.1.1.1 - Da Habilitação - Qualificação técnica

Popular Qtde exigida (5)	Automóvel Executivo II ou superior Qtde exigida (4)	Caminhonete Executiva 4x4 Qtde exigida (2)	Executivo Blindado II ou superior Qtde exigida (1)
Qtde comprovada (5)	Qtde comprovada (11)	Qtde comprovada (0)	Qtde comprovada (2)

Quanto à alegação da empresa de dispor de todos os veículos, conforme informado no ato da apresentação deste recurso, no que se refere ao Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Vice-Presidência, essa comprovação foi intempestiva, pois o atestado foi apresentado juntamente com o recurso ora em análise, e é **datado de 30 de março de 2021**. Conforme o item 5.1 do Edital do PE nº 07/2021, “os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema Comprasnet, concomitantemente **com os documentos de habilitação exigidos no edital até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.”(grifo nosso). Conforme o Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial da União em 09 de março de 2021 (2431900), a Abertura da Proposta ocorreu no dia 19/03/2021, às 09h30.

No que se refere às contrarrazões apresentadas pela empresa **SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA**, após análise, verifica-se que estão em consonância com os atos praticados durante o processo licitatório, **quanto à inabilitação da empresa recorrente BRECHA TRANSPORTE E TURISMO LTDA**.

Diante do exposto, ratificam-se os Despachos COTRAN/DILOG/SA (2467781) e (2472022), que concluíram que a licitante não cumpriu com os requisitos de habilitação do Edital do PE nº 07/2021, e posiciona-se pelo **NÃO ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DO RECURSO** com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

(...)

A recorrente **RK8 MOBILIDADE E LOCADORA DE VEICULOS LTDA**, em seu recurso interposto (2489454) no âmbito dos Itens 1 a 5, alega que (...):

A licitante apresentou três atestados de capacidade técnica, entre os documentos constantes no anexo do sistema Comprasnet, vejamos:

Atestado expedido pela Embaixada dos Estados Unidos Brasília/DF, de 28/12/2020, que não pôde ser considerado por apresentar categoria de veículos divergente do solicitado;

Atestado expedido pela Vice-Presidência da República – Dispensa de Licitação nº 18/2020: com base nas informações nele contidas não houve a necessidade de diligenciar a licitante para que fossem disponibilizadas informações complementares, sendo **comprovadas, neste atestado, as categorias Automóvel Executivo II ou superior e Executivo Blindado II ou superior**;

Atestado expedido pela Embaixada dos Estados Unidos Brasília/DF, de 08/12/2020: apresenta duas categorias que estão entre as categorias solicitadas (executivos de luxo e blindados), porém, não informa as quantidades. Essa informação também não pôde ser aferida na documentação complementar que fora solicitada por meio de diligência;

No que se refere ao Atestado de Capacidade Técnica da Empresa GAS/HEAD-Risco Corporativo, trata-se de documento novo, o qual não foi anexado da abertura do certame. Sendo assim, apresentado intempestivamente, trazido junto aos documentos referentes à diligência, com data de **24 de março de 2021**. Conforme o item 5.1 do Edital do PE nº 07/2021, “os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema Comprasnet, concomitantemente **com os documentos de habilitação exigidos no edital até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.”(grifo nosso). Conforme o Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial da União em 09 de março de 2021 (2431900), a Abertura da Proposta foi dia 19/03/2021 às 09h30.

Sendo assim, com base nos atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante **não houve a comprovação de todas as categorias de veículos**, referentes à exigência do Item 18.4.3.1.1.1 do Termo de Referência – Edital PE nº 7/2021, tendo como consequência a **inabilitação da recorrente**.

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao [Tribunal de Contas](#) da União, o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração **não pode**

descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)

O TRF1 também já decidiu que a Administração deve ser fiel ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (AC 199934000002288): “Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ‘a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada’ (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). O edital é a lei da licitação. A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela própria Administração, **não pode esta se furtrar ao seu cumprimento**, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento”.

Nesse ponto, destacamos os itens do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 07/2021:

“18.4.3.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

18.4.3.1.1.1. A prestação de serviços de locação ou sublocação de veículos com ou sem motoristas. Será exigido ainda, devido ser a parcela de maior relevância do objeto a ser contratado, a comprovação da prestação de serviços referentes às categorias e quantitativos dos veículos da tabela abaixo:

	Categoria	ITEM 1 ao 5
		Qtde. de veículos
1	Executivo Blindado II ou superior	01
2	Caminhonete Executiva 4x4	02
3	Automóvel Executivo II ou superior	04
4	Popular	05

18.4.3.1.2. A apresentação dos atestados justifica-se pela necessidade de comprovação de uma estrutura mínima da empresa a ser contratada, tendo em vista a diversidade e as características dos veículos a serem locados, e os veículos destacados da tabela acima são aqueles que compõem em sua maioria uma missão presidencial.”(grifo nosso)

A respeito do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o Superior Tribunal de Justiça/STJ já se manifestou diversas vezes a respeito do tema. No Recurso Especial nº 1178657, o STJ tribunal decidiu:

(...)

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL.

REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escoreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício.

Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), “a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento pela Anvisa”, **este deve ser o documento apresentado que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica**. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação – protocolo de pedido de renovação de registro – que não a requerida, **não supre a exigência do edital**. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.

Nesse caso, não se trata de simples formalismo, mas sim de exigência formal de cumprimento aos critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, pois, conforme o Item 1.1 do Edital, “O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para locação de veículos, com e sem motorista, para toda Região Centro-Oeste e para os estados do Acre, Amazonas, Pará e Roraima da Região Norte, **conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**” (grifo nosso). Foi exigido um mínimo de veículos utilizados em uma missão presidencial, que, em sua grande maioria, totaliza, em média, 15 veículos. Além disso, considerou-se a possibilidade de ocorrerem diversas missões simultaneamente.

Diante do exposto, ratificam-se os Despachos COTRAN/DILOG/SA (2467781) e (2476363), que concluíram que a licitante não cumpriu com os requisitos de habilitação do Edital do PE nº 07/2021,

e posiciona-se pelo **NÃO ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DO RECURSO**, com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

(...)

A recorrente **TECWAY SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, em seu recurso interposto (2489999) no âmbito do Item 3 do Pregão, alega que(...):

A análise desta Coordenação-Geral foi realizada cumprindo as regras do certame e outras disposições legais vigentes. Conforme o Edital do Pregão Eletrônico nº 07/2021:

*“5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente **com os documentos de habilitação** exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação”.* (grifo nosso)

“9.11.1.1.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05/2017. (grifo nosso)

9.11.1.1.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05/2017”. (grifo nosso)

Sendo assim, a licitante **não cumpriu** com as exigências do item 9.11.1.1.3 do Edital PE nº 07/2021 - *“Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05/2017”, por ter apresentado atestado de 14/02/2019*, referente ao Contrato nº 03/2018 com vigência de 20/06/2018 a 20/06/2019, **emitido com menos de um ano de sua execução**, tendo como consequência a **inabilitação da recorrente**.

Em sua alegação a empresa destaca que:

“... a Pregoeira confirma o atendimento com relação a um dos atestados, o emitido em 01/02/2020, o que por si só já seria o suficiente para habilitar a Requerente, haja vista que o Edital não prescreve um limite mínimo de atestados que devem ser apresentados e aprovados, porém acaba inabilitando a empresa por conta de um, repisa-se, um único atestado que não preencheu os requisitos.”

No entanto, o atestado emitido em 01/02/2020 **não comprova todas as categorias e quantidades de veículos solicitados**. Esse atestado comprova a quantidade do veículo Executivo Blindado II, ficando sem comprovação os demais veículos solicitados, ou seja, **5 populares, 4 automóveis Executivo II ou superior e 2 Caminhonetes 4x4**.

O Atestado de Capacidade Técnica é um documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tem como objetivo comprovar que determinada empresa possui aptidão profissional e/ou operacional para a prestação de determinado serviço ou para o fornecimento de um bem específico, conforme previsto no inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993.

Segundo o TCU Os atestados de capacidade são um meio de proteger a Administração Pública de contratar licitantes inaptos, assim como sua exigência circunscrita à legalidade é forma de garantir o caráter competitivo do certame em benefício de todos.

A respeito do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o Superior Tribunal de Justiça/STJ já se manifestou diversas vezes a respeito do tema. No Recurso Especial nº 1178657, o STJ tribunal decidiu:

(...)

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL.

REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício.

Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão

recorrido (fl. 264), “a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento pela Anvisa”, **este deve ser o documento apresentado que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica.** Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação – protocolo de pedido de renovação de registro – que não a requerida, **não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.**

Diante do exposto, ratifica-se o Despacho COTRAN/DILOG/SA (2482306), que concluiu que a licitante não cumpriu com os requisitos de habilitação do Edital do PE nº 07/2021, e posiciona-se pelo **NÃO ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DO RECURSO**, com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

(...)

23. Quanto às alegações da empresa TECWAY SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA: **“Em que pese a imprescindibilidade do acesso ao inteiro teor desse documento pela Requerente que tem o direito constitucional a ampla defesa, não foi disponibilizado o despacho COTRAN/DILOG/SA (documento SEI nº 2482306) para que esta tivesse conhecimento dos fatos alegados e fundamentos utilizados no parecer técnico para eventual interposição de recurso”**, informo que são descabidas, uma vez que os motivos para a inabilitação da empresa em questão foram inseridos nas mensagens via chat, conforme contido no parecer técnico emitido pela Área Técnica Demandante, vejamos:

*nos atestados do Governo do Estado do Amazonas de 14/02/2019 e 01/02/2020, foram apresentados as categorias de veículos solicitadas, conforme abaixo. No entanto, o **atestado de 14/02/2019**, referente ao Contrato nº 03/2018 com vigência de 20/06/2018 a 20/06/2019, foi emitido com menos de um ano de sua execução,*

1.1.1 *Cumpra informar que a empresa **TECWAY SERVICOS E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, não cumpriu com as exigências do item 9.11.1.1.3 do Edital PE nº 07/2021 - “Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto o se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05/2017”*

24. Para que não resta dúvidas quanto ao teor do motivo pelo qual a empresa foi inabilitada, o Parecer Técnico que trata do assunto, foi disponibilizado no site https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes/licitacoes-em-andamento/processos-2021/pregao-eletronico-no-007-2021/4-parecer-tecnico_habilitacao_03_04.pdf.

25. Importante ressaltar que, com base na mensagem inserida, via chat, no sistema Comprasnet a licitante teve oportunidade de apresentar suas razões quanto a sua inabilitação, utilizando-se do princípio da ampla defesa e do contraditório, de acordo com a Carta Magna, conforme se verifica na peça recursal apresentada pela empresa.

26. Quanto às alegações da empresa TECWAY SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA: **“Se por um lado, não é admissível que se afaste qualquer licitante que apresentar a documentação em conformidade com as disposições contidas no instrumento convocatório, do outro lado, é igualmente inadmissível que sejam solicitados documentos que extrapolem o limite prescrito no Edital”**, esclarecemos que a Administração Pública tem o poder dever de diligenciar em situações que se mostrem necessárias e adequadas.

27. Ora, não se verifica entre as solicitações realizadas por meio do chat de mensagens qualquer arbitrariedade ou exigências descabidas, visto que foram solicitados o contrato e projeto básico referente ao atestado anexado ao processo. Tal exigência consta claramente definida no Edital, vejamos:

9.11.1.1.5 *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05/2017.*

28. Há que se observar que os atestados de capacidade técnica são emitidos por terceiros não padronizados o que pode gerar incertezas no cumprimento das disposições legais. A solicitação do contrato e projeto básico para o esclarecimento das dúvidas por parte da área técnica demandante tem o

objetivo de aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos de forma a fundamentar a tomada de decisão pela Administração, conforme consignado no Acórdão 3418/2014- Plenário, transcrevemos:

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editais, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário)

DA CONCLUSÃO

29. Em razão dos fatos registrados nos recursos, CONHEÇO os recursos interpostos pelas RECORRENTES, por serem tempestivos e estarem nos moldes legais para, no mérito, julgar IMPROCEDENTES, com base no instrumento convocatório e no parecer técnico da área técnica demandante, mantendo como vencedora do certame a empresa RIBAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.

30. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados. Esta decisão de recurso encontra-se disponível nos sítios: www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes e www.gov.br/compras.

MILANE SANTA CRUZ OLIVEIRA
Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Milane Santa Cruz Oliveira, Pregoeiro(a)**, em 15/04/2021, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2507722** e o código CRC **F27195EA** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0